

A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS

Heloisa Sbrissia Selzler (UTFPR), Prof. Dr. Antonio Gonçalves Oliveira (UTFPR)

Curitiba, Paraná, Brasil

heloisa.sbrissia@hotmail.com

Introdução: O sistema de Educação Superior brasileiro, mesmo sendo o mais representativo dos países latino-americanos, constituindo-se no maior sistema do bloco, com o mais desenvolvido sistema de pós-graduação e de ciência e tecnologia, é por demais recente. A Educação Superior brasileira, basta ver, está debutando seus dois séculos de existência. Foi apenas na última década que surgiram novas propostas de políticas públicas para redemocratizar o acesso à educação, principalmente no setor do ensino superior. O número de concluintes do ensino médio acarretou na expansão da demanda do ensino superior, portanto, o governo teve de tomar medidas para atender aos anseios da população brasileira. Não obstante a forte ingerência do governo central no setor, as instituições particulares de ensino superior têm sido responsáveis, desde meados da década de 90, por um crescimento expressivo da oferta de vagas no país, processo que se intensificou a partir de 1997 e que desde 2002, de forma inflexiva, já apresenta sinais de esgotamento, apontando para um cenário onde a demanda se apresenta fortemente diluída e inferior à oferta, proporcionando, assim, desafios ainda maiores e instigantes à criatividade dos gestores e planejadores institucionais. **Objetivo:** Este estudo visa buscar resposta ao problema norteador sobre a significância da avaliação da Educação Superior em todos os seus formatos para a sustentabilidade das instituições privadas de ensino superior brasileiras, tendo como objetivo geral buscar possível conclusão acerca da importância e significância dos resultados dos diversos processos avaliativos para a tomada de decisões. **Metodologia:** Este estudo, alinhado aos objetivos propostos, caracteriza-se como exploratório e descritivo. O corte empregado para o desenvolvimento do estudo foi seccional com perspectiva longitudinal. A população alvo do estudo são as instituições de ensino superior do Brasil, porém, com foco central direcionado àquelas que, pela dependência administrativa, são classificadas como privadas. Nesse sentido a fonte da análise são os censos oficiais da Educação Superior brasileira. Finalmente, os dados foram interpretados qualitativamente e quantitativamente. **Resultados:** Ao avaliar educação superior em suas diversas dimensões, observa-se que sua expansão teve início na década de 90 e desde então seu crescimento foi em uma proporção muito significativa. De 1995 até 2013, quando foi publicado o último Censo da Educação Superior, o número de instituições de ensino superior passou de 894 para 2.391, um crescimento de 167% em nível de Brasil. Esse crescimento é observado com forte concentração no setor privado, que atingiu o

número de 2.090 instituições em 2013, o que representa 87% do total das instituições de ensino superior brasileiras. Nesse período, por meio de Decreto Presidencial, surgem, a partir de 1997, os Centros Universitários (cujo crescimento foi de 79% entre 2003 [78] e 2013 [140]), que são instituições classificadas como universitárias, dotadas, portanto, de autonomia, mesmo que restrita ao disposto em PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), aprovado pelo MEC, conforme regulação constante do Decreto 5.786 de 24 de maio de 2006. O MEC, seguindo a linha da visão sistêmica aplicada à avaliação como fator de sustentabilidade para as organizações educacionais, criou, a partir do CPC e da avaliação da Pós-Graduação Stricto Sensu, o Índice Geral de Curso (IGC), entendendo este como indicador de qualidade da instituição como um todo e não somente de seus cursos avaliados. A partir dos resultados do ENADE e do CPC, entendendo o ENADE como base para o CPC e este base para o IGC, fechando o ciclo de resultados de indicadores da qualidade da Educação Superior o MEC publicou também este último, o qual é entendido como indicador de qualidade da instituição como um todo e não somente de seus cursos avaliados. Analisando os resultados publicados no último IGC publicado em 2013 das 2.026 instituições avaliadas, apenas 24 (12%) – sendo 13 públicas e 11 privadas - conseguiram atingir a pontuação máxima na escala que vai de 1 a 5, sendo, então, conceituadas como excelentes. A maioria delas, 1.240, no entanto, obteve nota 3, considerada satisfatória pela regulação vigente. Também, 354 instituições obtiveram conceitos insatisfatórios (1 e 2).

Conclusão: O estudo mostra o ambiente altamente competitivo que permeia as instituições privadas de ensino superior brasileiras. Competitividade esta motivada pela política expansionista do governo federal. Nesse sentido, faz-se previsível, considerando observações empíricas, uma anunciada crise institucional e de gestão naquelas instituições privadas que não se prepararem para o enfrentamento dos novos tempos com investimento em qualidade institucional e de cursos, corpo docente qualificado e gestão profissional liderada por profissionais criativos, dinâmicos e flexíveis às mudanças já latentes e que ainda mais virão. Não mais há como permanecer no sistema federal de educação regulado, supervisionado e avaliado pelo MEC sem se comprometer com a qualidade circularizada nos diversos processos avaliados (ENADE, CPC, IGC, Auto-avaliação, Avaliação Externa Institucional e de Cursos) cujos indicadores são amplamente publicizados. Os resultados analisados remetem para a necessidade de que as instituições privadas, independentemente de porte, passem a investir na qualidade docente e no regime de trabalho disponibilizado a estes profissionais. É preciso cultivar a mentalidade inovadora, a determinação, a segurança e principalmente o “pensar em longo prazo”. Isso requer o sacrifício de trocar a satisfação imediata por resultados mais compensadores no futuro.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Sustentabilidade; Educação Superior.